

TERMO DE REFERÊNCIA

EDITAL 2020 :

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2020

LEI EMERGENCIAL ALDIR BLANC Nº 14.017/2020

PREFEITURA DE IPORÁ – GO**ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER**

MODALIDADE:	Chamada pública de Iniciativas Artísticas e Culturais
LOCAL:	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer Iporá, Goiás, Av. Goiás nº 01 – EC Trabalhador- Centro – CEP. 76200-000 – Fone (64) 3603 7216 – Iporá – GO.
HORÁRIOS:	Das 08h00 às 11h00 e das 14h00 as 17h00
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	RECURSO FEDERAL Dotação Orçamentária nº 21.21.13.392.1121.2.687 Fonte: 552 Fonte Detalhada:3.3.50.43 Dotação Orçamentária nº 21.21.13.392.1121.2.687 Fonte: 553 Fonte Detalhada:3.3.60.45 Dotação Orçamentária nº 21.21.13.392.1121.2.687 Fonte: 555 Fonte Detalhada:3.3.90.31 Dotação Orçamentária nº 21.21.13.392.1121.2.687 Fonte: 556 Fonte Detalhada:3.3.90.39 Dotação Orçamentária nº 21.21.13.392.1121.2.687 Fonte: 554 Fonte Detalhada:3.3.90.48
OBJETO:	O presente chamamento tem por objeto estabelecer a abertura do credenciamento para atender ao inciso III do artigo 2º da LEI ALDIR BLANC, com a finalidade de subsidiar o Setor Cultural, para a realização de atividades artísticas culturais para divulgar as diferentes formas de expressão cultural desta municipalidade. Este Edital de Chamada Pública está atrelado à Meta 01, Ação 1.1 do Plano de Ação nº 07208420200002-000550 aprovado pelo Ministério do Turismo. Tem também por finalidade reconhecer e contratar iniciativas artísticas e culturais de todo o setor da produção cultural de interesse público e relevante à sociedade, e que de alguma forma, contribuam e/ou contribuem para a promoção, fruição, formação, capacitação e acesso aos bens culturais no Município de Iporá.
INSCRIÇÕES	15 DE DEZEMBRO DE 2020 a 17 DE DEZEMBRO DE 2020.
<p><i>O Presente Edital será regido pela Lei Federal 12.343 de 02 de dezembro de 2010 que institui o Plano Nacional de Cultura, em conformidade com o inciso II do artigo 2º da Lei Federal nº 14.017/2020, neste identificada como LEI ALDIR BLANC, e ainda o Decreto Federal nº 10.464/2020; Decreto Legislativo Nº 6, de 20 de março de 2020, Decreto Municipal nº 187/2020 que "Declara "SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA" no Município de Iporá – Goiás, Decreto 379/2020 e pela Portaria do Secretário de Educação nº 005/2020.</i></p> <p><i>Edital disponível na Sede da Prefeitura Municipal e na sede da Secretaria de Educação em Iporá – Goiás</i></p>	

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2020

CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO DE PROJETOS PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS E CULTURAIS DE CONTEÚDO VIRTUAL.

Dispõe sobre a chamada pública para credenciamento do Setor Cultural, para realização de **ATIVIDADES ARTÍSTICAS E CULTURAIS DE CONTEÚDO VIRTUAL**, visando estimular a geração de renda para os artistas da cidade de Iporá – Goiás, à difusão de produções artístico-culturais e de ações formativas na área das artes, da cultura e da economia criativa durante o momento de crise por causa da pandemia do Covid-19.

A PREFEITURA DE IPORÁ, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, torna público o presente edital de chamada pública de Iniciativas Artísticas e Culturais, com inscrições abertas de **15 de dezembro 2020 a 17 de dezembro 2020**, com fulcro na Lei Orgânica do Município, tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020 e no Decreto Presidencial nº 10.464, de 17 de agosto de 2020, alterado pelo Decreto Presidencial nº 10.489, de 17 de setembro de 2020 que regulamenta as ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 06, de 20 de março de 2020 e o Decreto Municipal nº 187/2020, com as condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. O presente chamamento visa o **credenciamento de agentes do Setor Cultural, para realização de ATIVIDADES ARTÍSTICAS E CULTURAIS DE CONTEÚDO VIRTUAL**, visando ofertar produtos e bens culturais a esta municipalidade, com a inerente difusão de produções artístico-culturais e de ações formativas na área das artes, da cultura e da economia criativa durante o momento de crise causada pela pandemia do Covid-19, além de subsidiariamente estimular a geração de renda para os agentes culturais da cidade de Iporá-Goiás.

1. DO OBJETO

1.1. O presente chamamento tem por objeto estabelecer a abertura do credenciamento para atender ao inciso III do artigo 2º da **LEI ALDIR BLANC**, com a finalidade de subsidiar o Setor Cultural, para a realização de atividades artísticas culturais para divulgar as diferentes formas de expressão cultural desta municipalidade. Este chamamento está atrelado à **Meta 01, Ação 1.1 do Plano de Ação nº 07208420200002-000550** aprovado pelo Ministério do Turismo.

1.2. O valor destinado estimado para este chamamento é de até **R\$ 95.400,00 (noventa e cinco mil e quatrocentos reais)** por meio de repasses financeiros provenientes das dotações consignadas no orçamento da **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer**, podendo ser remanejado de acordo com a demanda desta municipalidade.

1.3. O objeto do presente chamamento tem por finalidade reconhecer e contratar iniciativas artísticas e culturais, de todo o setor da produção cultural de interesse público e relevante à sociedade e

que de alguma forma, contribuíram e/ou contribuem para a promoção, fruição, formação, capacitação e acesso aos bens culturais no Município de Iporá.

2. DO CREDENCIAMENTO

2.1. O Credenciamento será realizado para seleção de projetos que visem a criação de conteúdo cultural em plataformas digitais e/ou mídias sociais, de acesso público e gratuito relacionados às categorias artísticas.

2.2. Poderão ser credenciados artistas, grupos e profissionais do setor cultural para projetos de espetáculos, performances, exposições de filmes, exposições, ações formativas nos segmentos: Artes Visuais, Literatura, Música, Teatro e Cultura Popular, ações formativas (com toda a sua amplitude e abrangências).

2.3. Para este credenciamento podem se inscrever pessoas físicas e pessoas jurídicas, atuantes, residentes ou domiciliadas em Iporá.

2.4. Considera-se inscrição de Pessoa Física aquela realizada diretamente por profissional da área cultural, tendo como principal referência o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) apresentado no ato da inscrição;

2.5. Considera-se a inscrição de Pessoa Jurídica, aquela realizada por qualquer pessoa jurídica **dedicada a atividades de natureza cultural, com seus atos constitutivos devidamente registrados no registro competente, além da prova de exercício regular de seus membros em suas respectivas funções ou atribuições regimentais, contratuais ou estatutárias, através de documento idôneo sob o aspecto legal**, tendo como principal referência o Cadastro Nacional de Registro de Pessoas Jurídicas perante a Secretaria da Receita Federal (CNPJ) juntado no ato da inscrição.

2.6. **Os cadastrados garantem a veracidade das informações prestadas** sob pena de responderem **criminalmente** conforme Artigo 299 do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940:

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil reais a cinco mil reais, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições serão gratuitas.

3.2. O período de inscrições estará aberto presencialmente na sede- Secretaria Municipal de Educação Cultura, Desporto e Lazer de 15 de dezembro 2020 a 17 de dezembro 2020, Iporá- Avenida Goiás nº 01 ,

Secretaria Municipal de Educação

Praça do Trabalhador, Centro, Iporá– Goiás, CEP: 76200-000. Tele/Fax (64) 3603 7216, em conformidade com a Portaria nº 005/2020 da Secretaria de Educação, publicada nos canais oficiais da Prefeitura.

3.3. Serão consideradas válidas apenas as inscrições:

3.3.1 Cujo formulário de Inscrição esteja com 100% (cem por cento) das informações obrigatórias preenchidas;

3.4. Cada beneficiário ou beneficiária poderá inscrever-se com apenas um projeto neste chamamento.

3.5. Caso haja mais de uma inscrição do mesmo beneficiário ou beneficiária, será considerada somente a primeira inscrição efetuada.

3.6. O ônus decorrente da participação neste chamamento, incluídas as despesas com cópias e emissão de documentos, é de exclusiva responsabilidade do beneficiário ou beneficiária.

3.7. Este edital de chamamento público está em conformidade com a regulamentação da Lei 14.017 (Lei Aldir Blanc) sendo que o indivíduo poderá inscrever-se neste chamamento público e em eventuais editais do Estado, mas deverá ser contemplado somente em um, estando ciente que o mesmo deve optar a qual edital será beneficiado, conforme regulamento trazido pela Portaria nº 005/2020 do Secretário Municipal de Educação Cultura, Desporto e Lazer.

3.8. Dos documentos para a inscrição:

3.8.1. No ato da inscrição, obrigatoriamente, o Beneficiário ou beneficiária deverá selecionar a categoria de seu segmento cultural e anexar os documentos comprobatórios referentes às informações do módulo.

3.9. Dentre os documentos comprobatórios estão:

- Históricos, currículos, sites, links, redes sociais, portfólios, matérias publicadas, fotos e outros que comprovem atuação.
- O Beneficiário ou beneficiária deve cumprir com as exigências relativas ao módulo escolhido, em conformidade com o item 5.

3.10. A qualquer momento a Secretaria Municipal de Educação Cultura, Desporto e Lazer poderá solicitar outros documentos comprobatórios das informações constantes no Cadastro Municipal ou informações prestadas no ato da inscrição.

3.10.1. Pessoa Física

- a) Cópia do RG e CPF;
- b) Comprovante de residência ou domicílio;

3.10.6 Pessoa Jurídica

- a) Cópia do RG e CPF do representante legal;
- b) Comprovante do domicílio da pessoa jurídica;



- c) Cópia do ato constitutivo da própria, com prova do arquivo no registro público competente, acompanhado de documento idôneo apto a provar a contemporaneidade do(s) gestor(es) responsável e com poderes para assumir obrigações em nome da Pessoa Jurídica;
- d) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas da Secretaria da Receita Federal - CNPJ;

4. DOCUMENTOS APÓS SELEÇÃO

4.1. Após a publicação do resultado dos projetos aprovados, os Beneficiários (pessoa física ou pessoa jurídica) deverão apresentar, sob pena de desclassificação, as seguintes Certidões negativas de regularidade fiscal:

- a) Certidão Negativa de Débitos do Município de Iporá;
- b) Certidão Negativa de Débitos com Estadual
- c) Certidão Negativa de Débitos Federal
- d) Comprovação da conta bancária declarada no ato da inscrição.

IMPORTANTE: A conta deverá ser de acordo com o declarado pela pessoa física ou jurídica no ato da inscrição do projeto deste chamamento.

5. DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

5.1 Critérios de classificação para o credenciamento:

CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
a - Capacidade técnica e operacional do Beneficiário ou beneficiária para a execução do projeto; (20 excelente, 15 bom, 10 regular, 5 ruim, 0 não se adequa)	20 pontos
b - Projeto apresentado deverá ser de acordo com as definições do segmento cultural escolhido e módulo inscrito. (15 excelente, 12 bom, 10 regular, 5 ruim, 0 não se adequa)	15 pontos
c - Promoção da cidadania e direitos humanos - Projeto contempla ações de promoção dos direitos humanos, gênero, acessibilidade, ações afirmativas, visibilidade de minorias, temas envolvidos com a promoção da cidadania de forma geral. Atende: (5 atende, 0 não atende)	05 pontos
TOTAL DE PONTOS	40 PONTOS



5.2 Serão automaticamente desclassificados os projetos que não corresponderem aos critérios considerados neste Edital ou que ofendam a legislação aplicável.

5.3 Serão sumariamente desclassificados os proponentes que obtiverem pontuação inferior a 25 (vinte e cinco) por cento da pontuação (10 pontos).

5.4 Em caso de empate será promovido o desempate por meio de sorteio.

6. DOS SEGMENTOS CULTURAIS

6.3 ARTES VISUAIS

Objeto – Projetos de EXPOSIÇÃO, INTERVENÇÃO E GALERIA DE ARTE VIRTUAL: conteúdo de caráter contemplativo, disponibilizado em formato digital e relacionado às artes visuais e à diversidade de expressões estéticas decorrentes deste segmento.

Descrição e Critérios gerais da inscrição

→ Seleção de obras (pinturas, desenhos, gravuras, fotografias, esculturas, objetos, instalações e similares) produzidas por artistas resididos na cidade de Iporá. Ser efetivamente o criador e proprietário da obra a ser inscrita;

→ Portfólio visual da obra inscrita. Descrição técnica detalhada da obra contendo informações sobre as técnicas e materiais utilizados, trajetória artística do autor, e outros dados complementares que o proponente considere importante para esclarecimento da obra.

→ Cada artista selecionado receberá o valor de R\$

SEGMENTO CULTURAL ARTES VISUAIS			
MÓDULO	Quantidade de projetos estimados	Valor Individual	Valor total
I- Artes Visuais	2	R\$ 2.000,00	R\$ 4.000,00

6.6. LITERATURA

Objeto – LIVRO, FANZINE E REVISTA DIGITAL: conteúdo de caráter literário, disponibilizado em formato digital, com características de livro ou conjunto de postagens para a internet.

Descrição e Critérios gerais da inscrição

- Projetos de livros literários disponibilização em PDF gratuito de obras literárias, e-books, HQ's, Fanzine.
- Vídeos de leitura de histórias e lendas, leituras dramatizadas, performances literárias, recitais poéticos e declamação de poemas de cordel, dentre outros.
- Ser efetivamente o escritor da obra literária inscrita;
- Cópia digital da obra literária inscrita.
- Descrição técnica detalhada da obra contendo informações sobre a linguagem, características e dimensões do livro em caso de obra impressa, trajetória artística do autor, e outros dados complementares que o proponente considere importante para o esclarecimento do projeto. Será aceito a descrição técnica oral realizada pelo próprio proponente e gravada em vídeo.
- Obrigatoriedade de inscrição de uma única obra literária ou coleção correspondente a disponibilização em PDF gratuito de obras literárias, e-books, HQ's, Fanzine, e que devem ser acompanhadas de vídeos do autor apresentando seu processo criativo e sinopse.

SEGMENTO CULTURAL LITERATURA			
MÓDULO	Quantidade de projetos (estimados)	Valor Individual	Valor total
I - Literatura	2	R\$ 2.000,00	R\$ 4.000,00

6.7. MÚSICA

Objeto – SHOWS, LIVES E APRESENTAÇÕES MUSICAIS: conteúdo de caráter performático, disponibilizado em formato audiovisual.

Descrição e Critérios gerais da inscrição

- Shows musicais performances produzidas por artistas duplas e/ ou bandas.
- Obrigatoriedade de inscrição de uma única performance, show, música que possa ser veiculada em plataforma virtual para apreciação pública e com ótima qualidade de som e imagem. No caso de Performance e show aceitar-se-á obra previamente gravada (melhor qualidade) ou exibida ao vivo em forma de live. Envio de Link privado para acesso integral da obra musical a ser inscrita. Para as obras a serem exibida ao vivo, será aceito, exclusivamente, para o processo de seleção, envio de link com filmagem em menor resolução. O vídeo deverá ter qualidade suficiente para que os avaliadores possam compreender as proposições estéticas, a qualidade técnica e o teor da performance ou show.

→ Descrição técnica detalhada da obra musical contendo informações sobre linguagem, ficha técnica dos artistas envolvidos para enquadramento no módulo respectivo, classificação indicativa e outros dados complementares que o proponente considere importante para esclarecimento da obra.

SEGMENTO CULTURAL MÚSICA			
MÓDULO	Quantidade de projetos (estimados)	Valor Individual	Valor total
I- Artista Solo	2	R\$ 3.500,00	R\$ 7.000,00
II- 02 artistas	2	R\$ 4.500,00	R\$ 9.000,00
III- 03 ou mais artistas	3	R\$ 6.000,00	R\$ 18.000,00
Total			R\$ 34.000,00

6.8. TEATRO

Objeto – APRESENTAÇÃO E PERFORMANCE ARTÍSTICA DE OBRAS DE TEATRO: conteúdo de caráter performático, disponibilizado em formato audiovisual.

Descrição e Critérios gerais da inscrição

- Performances e espetáculos de teatro produzidos por artistas ou coletivos.
- Ser efetivamente o criador e proprietário da obra cênica a ser inscrita;
- Obrigatoriedade de inscrição de uma única obra que possa ser veiculada em plataforma virtual para apreciação pública e com ótima qualidade de som e imagem. Aceitar-se-á obra previamente gravada (melhor qualidade) ou exibida ao vivo em forma de live Link privado para acesso integral da obra a ser inscrita. Para as obras a serem exibidas ao vivo, será aceito, exclusivamente, para o processo de seleção, envio de link com filmagem em menor resolução. O vídeo deverá ter qualidade suficiente para que os avaliadores possam compreender as proposições estéticas, a qualidade técnica e o teor do espetáculo.
- Descrição técnica detalhada da obra contendo informações sobre linguagem, ficha técnica dos artistas envolvidos para enquadramento no módulo respectivo, classificação indicativa e outros dados complementares que o proponente considere importante para esclarecimento da obra.

SEGMENTO CULTURAL TEATRO			
MÓDULO	Quantidade de projetos (estimados)	Valor Individual	Valor total
I- 03 ou mais artistas	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
Total			R\$6.000,00

6.9. PATRIMÔNIO IMATERIAL E MANIFESTAÇÕES DA CULTURA POPULAR

Objeto – obras **CULTURAIS** relativas ao patrimônio imaterial e manifestações da cultura popular produzidas por artistas, mestres e mestras, e coletivos residentes e/ou domiciliado no Município de Iporá com o objetivo de reduzir os efeitos econômicos negativos da pandemia no setor produtivo da cultura.

Descrição e Critérios gerais da inscrição

- Projetos de performance, apresentações, espetáculos e shows de diversas manifestações da Cultura Popular, produzidas por pessoas com atuação na área e que possuam cadastro validado junto a Secretaria de Educação Municipal.
- Poderá participar artistas que trabalham com e pela preservação do patrimônio artístico e cultural imaterial, como: Mestre ou Mestra da cultura popular cuja trajetória de vida tenha contribuído de maneira fundamental para a transmissão e continuidade do patrimônio cultural, podendo ser: individuais ou grupos de acordo com o módulo.
- Este segmento compreende: todas as atividades da cultura popular, como as quadrilhas juninas, folias de reis, catira, congadas, capoeira, artesanato, culturas de matrizes africanas, quilombolas, indígenas, ciganas, repentistas, reisado, e demais reconhecidas pelo cadastro municipal.
- Descrição técnica detalhada da obra contendo informações sobre linguagem, ficha técnica dos artistas envolvidos para enquadramento no módulo respectivo, classificação indicativa e os motivos da classificação (conteúdos de acordo com a faixa etária.) e outros dados complementares que o proponente considere importante para esclarecimento da obra.
- Descrição do patrimônio cultural e trajetória realizada pelo artista e /ou grupo solicitante contendo informações sobre onde, quando e como a atividade foi desenvolvida, tempo de atuação do proponente na realização da iniciativa, quantidade de pessoas envolvidas e outros dados que o proponente considere importantes para esclarecer a projeto. Memorial visual da atuação cultural que poderá ser: matérias de jornal, revistas, folders, fotos de sua ação ou qualquer material exemplifique sua contribuição para

comunidade em que atua. Será também aceito a gravação de depoimentos de integrantes da comunidade relatando o trabalho realizado pelo proponente.

SEGMENTO CULTURAL			
<i>PATRIMÔNIO IMATERIAL E MANIFESTAÇÕES DA CULTURA POPULAR</i>			
MÓDULO	Quantidade de projetos (estimados)	Valor Individual	Valor total
I- Folias/ Catira	4	R\$ 10.000,00	R\$ 40.000,00
II- Fafarra	1	R\$ 18.000,00	R\$ 18.000,00
Total			R\$58.000,00

6.10. AÇÕES FORMATIVAS, RODAS DE CONVERSA e CONTEÚDO DIGITAL AUTORAL

Objeto - Aquisição de conteúdo digital artístico e cultural autoral como: CURSO, OFICINA, WORKSHOP, RODAS DE CONVERSAS, SEMINÁRIOS, PODCAST, de caráter formativo de diversidade de atividades laborais, de habilidades e de técnicas culturais, disponibilizado em formato digital à Descrição e Critérios gerais da inscrição.

→ Seleção de conteúdo digital artístico e cultural autoral, aqui definido como: obra em vídeo ou áudio, nas áreas do Teatro, Circo, Dança, Música, Literatura, Artesanatos, Artes Visuais, Drag Queen, Expressões Culturais Populares, Indígenas e Oriundas de Comunidades Tradicionais e Audiovisuais. Este espaço também é destinado ao grupo de trabalhadores da arte, como: Técnicos (iluminadores, sonoplastas, operadores de vídeos, entre outros), cenotécnicos, cinegrafistas, produtores, roadies, figurinistas, maquiadores, luthiers, fotógrafos, designers,

→ Projetos de produção; projetos que visem a realização de cursos, oficinas, residências, seminários, workshops e similares; projetos que abordem ações e políticas para diversidade cultural com temáticas LGBTQIA+, étnico-racial, causas identitárias e de equidade de gênero, feminismo, pessoas com deficiências, entre outros ligados à artes; projetos que visem ações, políticas e projetos para Cultura Infância; projetos que visam pesquisa, como publicações e similares;

→ O conteúdo digital deverá se materializar prioritariamente na forma de: Oficinas teórica; Podcast, workshops, Vídeo aula sobre técnicas ou teorias, rodas de conversas e palestras culturais; Produzidas por pessoas com atuação na área e que possuam cadastro validado junto Secretaria Municipal de Educação.

→ Link privado para acesso integral da obra. Descrição técnica detalhada da obra contendo informações sobre linguagem, ficha técnica dos artistas envolvidos para enquadramento no módulo respectivo, e outros dados complementares que o proponente considere importante para esclarecimento da obra.

→ Neste módulo as aulas podem ser em dias alternados ou não. De acordo com o módulo escolhido.

SEGMENTO CULTURAL			
AÇÕES FORMATIVAS, RODAS DE CONVERSA e CONTEÚDO DIGITAL AUTORAL			
MÓDULO	Quantidade de projetos (estimados)	Valor Individual	Valor total
I – 3 pessoas – 45min	8	R\$ 2000,00	R\$ 16.000,00
total			R\$ 16.000,00

7. DOS IMPEDIMENTOS

7.1. Ficam impedidos os Beneficiários:

- De serem beneficiados com recursos provenientes da LEI ALDIR BLANC conforme inciso III, em editais publicados por outros entes, conforme previsto na Portaria nº 005/2020 da Secretaria Municipal de Educação.
- De recebimento cumulativo, mesmo que o Beneficiário esteja inscrito em mais de um cadastro.
- Qualquer agente público do Município de Piranhas que tenha qualquer poder de intervenção ou ação sobre o andamento deste certame;

7.2. Ficam impedidos os projetos que:

- Que infrinjam qualquer lei ou norma jurídica brasileira vigente;
- Que causem, ou possam vir a causar, impacto negativo à saúde ou ao meio ambiente;
- Que façam apologia ao uso de bebidas alcoólicas, cigarro ou outras drogas;
- Que sejam ligadas a jogos de azar ou especulativos, salvo se regulamentados em legislação específica;
- Que explorem trabalho infantil, degradante ou escravo;
- Que apresentem sexo explícito;
- Que violem direitos de terceiros, incluídos os de propriedade intelectual;



- h. Que evidenciem discriminação de raça, credo, orientação sexual ou preconceito de qualquer natureza;
- i. Que violem os direitos humanos;
- j. Que façam uso de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

8. DA TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES

8.1. Conforme previsto no artigo 17 do Decreto Federal nº 10.464/2020, a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO dará ampla publicidade e transparência à destinação dos recursos de que trata a LEI ALDIR BLANC, através do Portal da Transparência desta Municipalidade.

8.2. A participação no presente chamamento implica na aceitação do Beneficiário ou beneficiária em publicizar todas as informações do projeto.

8.3. Os Beneficiário participantes do edital de chamada pública:

- a) Autorizam a Secretaria Municipal de Educação Cultura, Desporto e Lazer a publicar e divulgar as imagens e informações contidas na inscrição e que se responsabilizam pela veracidade das informações, documentos e materiais apresentados;
- b) Os Beneficiários, bem como os demais participantes do projeto inscritos, autorizam a Prefeitura de Iporá a utilizar as imagens, áudio e informações para geração de indicadores, exibição em mídia impressa e eletrônica, em materiais institucionais e internet, exclusivamente para fins de divulgação e difusão das ações culturais municipais, sem fins lucrativos; e
- c) Que as autorizações aqui descritas não possuem limitação temporal ou numérica e é válida para o Brasil e exterior, sem que seja devida nenhuma remuneração a qualquer título.

8.4 O Beneficiário deve atentar-se para os seguintes prazos:

Inicial para apresentação de propostas	15 de dezembro de 2020
Prazo para impugnação do Edital.	16 de dezembro de 2020
Prazo final para apresentação de propostas.	17 de dezembro de 2020
Análise documental e de mérito cultural pela comissão técnica criada pelo Decreto Municipal 368 de 28/09/2020.	18 de dezembro de 2020
Resultado da análise documental e do mérito cultural	21 de dezembro de 2020
Recurso da análise documental encaminhado a Secretaria municipal de Educação.	22 de dezembro de 2020
Análise por um membro designado pelo secretário de	23 de dezembro de 2020



educação.	
Resultado final e Homologação	24 de dezembro de 2020

9. DA DESCLASSIFICAÇÃO, INABILITAÇÃO E HABILITAÇÃO NA ANÁLISE DOCUMENTAL E NO MÉRITO CULTURAL.

9.1.A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO por intermédio da Comissão Técnica de Acompanhamento da execução dos projetos contemplados no âmbito desta municipalidade; será responsável pela análise documental e verificação do enquadramento do projeto à LEI ALDIR BLANC, conforme o decreto Municipal e suas atualizações, às normas deste edital de chamada pública, a conferência dos documentos comprobatórios, à viabilidade técnico-financeira da contrapartida oferecida, acompanhamento e fiscalização durante o seu desenvolvimento até sua finalização.

9.2. Fica a Comissão técnica nomeada pela portaria nº 005/2020 as seguintes atribuições:

- Analisar, aprovar ou rejeitar o produto cultural proposto pelo Beneficiário, em conformidade com inciso II do caput do art. 2º da Lei nº 14.017, de 2020;

A instância de Recursos da análise do mérito cultural deverá ser encaminhada a Secretaria de Educação

9.3. As inscrições serão homologadas pela Secretaria de Educação, que avaliará os aspectos formais referentes à documentação apresentada, habilitando ou inabilitando os projetos apresentados.

9.4. Os projetos inabilitados na instância de análise documental e do mérito cultura altera como análise recursal membro indicado pela Secretaria de Educação

9.5. A relação de projetos desclassificados, inabilitados e habilitados será publicada no placar da prefeitura e sites oficiais do município e fixada em mural na Sede da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer

9.7. Serão automaticamente desclassificados os projetos que não corresponderem aos critérios considerados neste Edital ou que ofendam a legislação aplicável.

9.8. Serão sumariamente desclassificados os proponentes que obtiverem pontuação inferior a 25 (vinte e cinco) por cento da pontuação.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO BENEFICIÁRIO E DA CONTRAPARTIDA

10.1.Cabe ao Beneficiário buscar as informações sobre o andamento de seu processo, que será gerado após a homologação do resultado final através do número de inscrição.

10.2.O Beneficiário ou beneficiária que, desistir injustificadamente de participar do certame, após **APROVADO** na fase de habilitação, deverá apresentar justificativa por meio de ofício protocolado na Secretaria de Educação, sob pena de incorrer nas sanções da Lei 8.666 de 1993.

10.3. Caberá ao Beneficiário responder, de forma exclusiva e integral, por eventuais denúncias,

reclamações e/ou questionamentos, assegurando à Prefeitura de Iporá o pleno ressarcimento por possíveis prejuízos sofridos a esse título, no qual o mesmo deverá manter todos os documentos anexados no ato da inscrição e da prestação de contas por um período de 5 (cinco) anos em seu próprio acervo.

10.4. Todos os custos que impliquem na contratação de terceiros, deverão assegurar o recolhimento dos direitos autorais e conexos, bem como das contribuições sociais e dos tributos previstos em lei.

10.5. A omissão de quaisquer informações pertinentes a titulares de direitos de autor ou propriedade responsabilizará quem prestou a informação, de forma exclusiva e integral, por tal conduta.

10.6. São consideradas contrapartidas dos beneficiários bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, bem como à realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais.

10.7. O responsável legal e principais membros envolvidos na contrapartida projeto deverão preencher as informações solicitadas e assinar o **Termo de Compromisso de Contrapartida (Anexo II)**.

10.8. A contrapartida deverá ser registrada e comprovada por preferencialmente por meio digital.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O repasse do recurso fica condicionado à existência de disponibilidade orçamentária e financeira oriundos da LEI ALDIR BLANC.

11.2. O Benefício será pago em parcela única

11.3. Serão beneficiados os projetos credenciados até atingir o valor máximo repassado pelo Ministério do Turismo.

11.4. Em cumprimento à Lei 14.017/2020 (**LEI ALDIR BLANC**), e seu decreto regulamentador Decreto Federal nº 10.464/2020; poderá haver remanejamento de recursos para o segmento que tiver maior demanda.

11.5. A inscrição no presente chamamento o implica na **total aceitação** das normas nele contidas e ciência das legislações nele citadas, sobre as quais o Beneficiário não poderá alegar desconhecimento.

11.6. A Secretaria de Educação não se responsabilizará, solidária ou subsidiariamente, em hipótese alguma, pelos atos, contratos e compromissos de natureza comercial, financeira, trabalhista ou de natureza assemelhada, bem como pelas respectivas taxas, tributos e/ou encargos deles decorrentes, assumidos pelo beneficiário para fins de realização do projeto inscrito.



Secretaria Municipal de Educação

11.7. A qualquer tempo, este chamamento poderá ser alterado, revogado ou anulado, no todo ou em parte, por motivo de interesse público, sem que isso implique direito a indenização de qualquer natureza.

11.8. Para mais informações a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, localizada na Avenida Goiás número 01, Praça do Trabalhador, Centro, Iporá – Goiás, CEP 76.200-000.

11.9. Os casos omissos ou não previstos neste chamamento serão analisados e decididos pela gestão da Secretaria Municipal de Educação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, em IPORÁ aos 14 dias de dezembro de 2020.

Secretaria Municipal de Educação
Secretário Municipal de Educação, Cultura
Desporto e Lazer e Gestão do FUNDEB
Decreto: 009/2017

CERTIDÃO

Certifico que o presente Edital
foi publicado no Placard
da Prefeitura Municipal na forma da lei.
Em 14 de dezembro de 2020
Assinatura

Anexo I
DECLARAÇÃO

DADOS DO REQUERENTE

Nome completo: _____

Apelido ou nome artístico: _____

Data de nascimento: _____

Local de nascimento: _____

Endereço residencial: _____

Município: _____

Unidade da federação: _____

CPF: _____

RG: _____

Data/Local de expedição: _____

Declaro, a me comprometer, inscrevendo-me somente no município o qual estou domiciliado para o recebimento do benefício da Lei Federal de Emergência Cultural Aldir Blanc nº 14.017/2020.

Declaro, sob as penas previstas na legislação, que as informações prestadas nesta declaração são verdadeiras, e que estou ciente das penalidades previstas no art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal*.

Local e data: _____, _____, _____, _____

ASSINATURA DO REQUERENTE
(Igual à do documento de identificação)



Anexo II

TERMO DE COMPROMISSO DA CONTRAPARTIDA CULTURAL

Pelo presente, _____ (nome do
selecionado) portador (a) da cédula de identidade RG nº. _____, expedida
pelo (a) _____ inscrito (a) no CPF sob o nº.
_____. Representante legal da Pessoa Jurídica (quando for o caso)
_____, CNPJ
nº _____ localizada no endereço
_____. CEP: _____, sujeitando-
se às disposições contidas na LEI Nº 14.017, de 29 de junho de 2020 e no DECRETO Nº 10.464, de 17 de
agosto de 2020 da União, em relação ao cumprimento da CONTRAPARTIDA CULTURAL.

1. Executar fielmente a CONTRAPARTIDA aprovada de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente;
2. Comunicar formalmente à Secretaria Municipal de Iporá com antecedência de no máximo 10 (dez) dias o início da execução da Contrapartida e qualquer fato que implique a descontinuidade do evento, apresentando a devida justificativa;
3. Assumir todas as obrigações legais decorrentes de contratações necessárias à consecução da CONTRAPARTIDA, não transferindo a terceiros;
4. Apresentar, nos prazos que lhe forem assinalados, informações ou documentos referentes ao desenvolvimento e à conclusão das atividades aprovadas para participação no evento cultural;
5. Atender com presteza às solicitações da Secretaria Municipal de Educação.
6. Ter ciência e concordância de que a Secretaria Municipal de Educação tem o direito de, a qualquer momento, solicitar informações ou documentos adicionais necessários à análise e instrução do processo, cabendo ao beneficiado prestá-la nos prazos que forem estabelecidos;

Local e data: _____, _____, _____.

ASSINATURA DO REQUERENTE
(Igual à do documento de identificação)